

**ESCOLA DE FORMAÇÃO DE
GOVERNANTES**

MONOGRAFIA

**A EDUCAÇÃO COMO CONDIÇÃO
BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**



FRANCISCO JOSÉ PIERRE BARRETO LIMA

Colaboradores:

Magno Aguiar Câmara
Fco. de Assis Almeida Filho

OUTUBRO/96

“Se queres colher para um ano, semeia cereais; se queres colher para uma década, planta árvores; se queres colher para sempre, educa o povo”

(Provérbio Oriental)

A EDUCAÇÃO COMO CONDIÇÃO BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1 - <i>DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO</i>	6
CAPÍTULO 2 - <i>TRABALHO E EDUCAÇÃO</i>	18
CAPÍTULO 3 - <i>EXPERIÊNCIAS DE ALGUMAS NAÇÕES</i>	22
CAPÍTULO 4 - <i>ALTERNATIVAS BRASILEIRAS</i>	32
CONCLUSÃO	39.
BIBLIOGRAFIA	43

INTRODUÇÃO

Atualmente não se discute mais o fato de que Educação é a variável fundamental para o desenvolvimento de qualquer país. Infelizmente essa constatação só ocorre quando o mundo enfrenta uma conjuntura de desigualdade social e econômica sem precedentes na sua história, tanto entre países “ricos” e “pobres”, como internamente nos países subdesenvolvidos.

O papel do investimento em Educação foi sintetizado em recente estudo do Banco Mundial (Primary Education): “A Educação é o pilar do crescimento econômico e do desenvolvimento social e o principal meio de promover o bem-estar das pessoas. Oferece a oportunidade dos indivíduos serem mais produtivos, escaparem da pobreza e melhorarem a qualidade de sua vidas. E a base é a Educação Primária”.

As prioridades dos países subdesenvolvidos deverão ser necessariamente a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade do ensino médio. Como disse o prêmio Nobel de Economia (1992), Gary Becker, o papel dos governos na promoção do capital humano é garantir o ensino primário e secundário, que dê conhecimentos gerais às pessoas.

Nunca a Educação foi tão decisiva para se construir uma economia próspera, socialmente justa e fundada numa democracia participativa, regime político hoje universalmente consensado.

No mundo globalizado, a sobrevivência econômica está ligada, como jamais esteve, à competência da mão-de-obra e até dos consumidores, ou seja, de toda a população. O ensino fundamental passou a ser o pré-requisito indispensável para a sadia sobrevivência de todas as nações.

Cada vez mais torna-se irrelevante a histórica vantagem econômica do uso intensivo de mão-de-obra barata e não qualificada e da utilização predatória de recursos naturais abundantes. Aumenta vertiginosamente o valor do trabalho qualificado e cai da mesma forma a importância das matérias primas e da energia.

Com o capital internacionalizado, a escolha de onde aplicá-lo dependerá mais do perfil educacional de um povo do que de velhos fatores geopolíticos.

Às vésperas do novo milênio, é triste constatar a enorme desvantagem do Brasil em relação ao Primeiro Mundo. Segundo os dados existentes, se continuar no ritmo atual, só no ano 2.100, 95% da juventude brasileira terá chegado ao 1º grau completo. O 2º grau completo, então, seria imprevisível. E esses são os índices do Primeiro Mundo e de nações que privilegiaram a Educação como política de governo (Cuba e os Tigres Asiáticos, por exemplo).

É cada vez mais difícil, nessa circunstância histórica de mudança tecnológica vertiginosa, onde o conhecimento é a matéria-prima essencial, manter o Brasil, com seu primitivo sistema educacional, como a oitava economia do mundo.

A situação brasileira simplesmente não faz sentido do ponto de vista econômico. Mais da metade da população, constituída de analfabetos funcionais (que não completaram o 4º ano primário), não tem (nem terá) oportunidades efetivas de obter renda, de consumir mais do que produtos básicos, de estar apta a se empregar num número crescente de atividades, de produzir bens ou serviços com real valor econômico, de pagar impostos, em suma, de ter um mínimo de condição de cidadania.

Consolida-se o círculo vicioso da miséria (segundo o prof. Fábio Comparato): pobreza/miséria => má educação/má saúde => desemprego/emprego mal remunerado => pobreza/miséria, o qual só poderá ser quebrado com a prioridade total e investimentos maciços e racionalizados em Educação.

O objetivo deste trabalho é fazer uma abordagem sistêmica do binômio causa-efeito “Educação x Desenvolvimento”, destacando o problema brasileiro e as suas alternativas de solução.

O capítulo 1 (Desenvolvimento Humano e Educação) apresenta considerações conceituais e dados estatísticos sobre o Desenvolvimento Humano, mostrando a importância da Educação na qualidade de vida das populações.

O capítulo 2 (Trabalho e Educação) trata do problema do emprego no mundo moderno, onde a qualificação educacional do trabalhador é praticamente a única variável diferencial competitiva.

No capítulo 3 (Experiências de Algumas Nações) comenta-se a experiência educacional de alguns países, de forma a que se possa fazer um paralelo com o Brasil.

O capítulo 4 (Alternativas Brasileiras) apresenta várias iniciativas de sucesso no setor de Educação, desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, que podem ser tomadas como referência para o grande projeto de recuperação nacional.

Finalmente, a nível de Conclusão, ressalta-se a necessidade de serem definidos objetivos mais audaciosos para a recuperação do déficit educacional brasileiro, como condição de

sobrevivência para o país. As soluções são conhecidas. Basta apenas vontade política e participação da sociedade.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO

A qualidade de vida das populações começou a ser avaliada há alguns anos, por universidades e organizações internacionais, através da associação de fatores sociais e econômicos.

O indicador mais conhecido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é divulgado anualmente pela ONU em relatório específico. O IDH é uma medida que expressa o padrão de desenvolvimento de uma sociedade (país ou região), que combina julgamentos sobre saúde, educação e o padrão de vida econômico dos membros da sociedade, e indiretamente sobre todos os fatores que têm influência sobre esses elementos.

As variáveis consideradas são: expectativa de vida ao nascer, índice de alfabetização acima dos 15 anos, número médio de anos de escola para pessoas acima de 27 anos e renda per capita.

São definidos intervalos de valores para as variáveis mencionadas e o IDH é calculado (em termos gerais), como uma média dos percentuais das mesmas, ficando com valores entre 0 e 1.

O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Criança) classifica as nações, do ponto de vista do seu progresso econômico e social, segundo o indicador “Mortalidade Infantil até 5 Anos”. O argumento é de que essa variável social possui maior representatividade, como resultado final do processo de desenvolvimento, além de ser menos suscetível à falácia da média (como a renda per capita, por exemplo).

Existe um outro indicador de qualidade de vida, o Índice Internacional de Progresso Social (IPS), que foi criado em 1974 na Universidade da Pensilvânia, pelo Prof. Richard Estes. Esse índice é mais abrangente, já que para o seu cálculo são utilizados 46 fatores econômicos e sociais.

Em termos puramente econômicos, o Fórum Econômico Mundial coordenou dois trabalhos de pesquisa sobre a produtividade global dos países.

Um foi elaborado em parceria com a Universidade de Harvard e o outro com o IMD (escola de administração suíça).

Esses estudos procuram medir a capacidade das nações de se adaptarem à competição acirrada, decorrente da globalização da economia mundial, e estabeleceu a classificação das mesmas.

Apesar das metodologias de avaliação do nível de desenvolvimento humano serem diferentes, os resultados se assemelham, pelo menos no que se refere à definição dos blocos de países (alto, médio e baixo desenvolvimento).

É importante lembrar que os dados estatísticos (principalmente os dos países do Terceiro Mundo) são relativamente imprecisos e refletem conjunturas de alguns anos atrás.

Nesta análise, serão utilizadas informações dos relatórios do UNICEF, do Fórum Econômico Mundial e do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU, para 1996.

1.1. O Brasil no Contexto Internacional

A situação brasileira, vista através dos seus indicadores nacionais, torna-se um pouco distorcida, em função das profundas desigualdades existentes no país.

Os dados disponíveis, utilizando as palavras do prof. Naspolini (Secretário de Educação do Ceará), são mais camufladores que indicadores.

De qualquer forma, traduzem uma realidade melhor que a efetivamente existente e, por isso, não prejudicam o cotejo do Brasil com outras nações.

Para esse fim serão considerados os seguintes países, em ordem decrescente de IDH: Canadá, Estados Unidos, Japão, Suécia, Coréia, Argentina, Chile, México, Colômbia, Tailândia (até aqui, com elevado desenvolvimento humano, segundo a ONU), Brasil, Bulgária, Paraguai, China (com médio desenvolvimento) e Índia (com baixo desenvolvimento).

O Quadro 1 apresenta a classificação dos países segundo o Desenvolvimento Humano, através dos indicadores IDH, Mortalidade Infantil até 5 Anos e Grau de Competitividade Econômica, assim como a Renda per Capita e o Grau de Alfabetização.

Observa-se a posição nada confortável do Brasil nos indicadores de desenvolvimento humano: ganha apenas da Índia em mortalidade infantil e é um dos piores colocados em termos de competitividade econômica. No que se refere ao IDH, supera apenas o Paraguai, entre os quatro países da América do Sul.

Essa posição deve ser relacionada com a taxa de alfabetização, onde o Brasil ocupa a antepenúltima colocação, ficando à frente apenas da China e da Índia (108º e 135º no ranking de IDH).

**QUADRO 1 : CLASSIFICAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO,
RENDA PER CAPITA E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO**

INDICADOR	IDH (ONU - 1996)	MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 5 ANOS (1994)	GRAU DE COMPETITIVIDADE (1996)		RENDA PER CAPITA - 1993 (US\$)	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (1990)		
			HARVARD	IMD		HOMENS	MULHERES	TOTAL
CANADÁ	1	11	8	12	19.970	100	100	100
EUA	2	25	4	1	24.740	100	100	100
JAPÃO	3	4	13	4	31.490	100	100	100
SUECIA	9	1	21	14	24.740	100	100	100
CORÉIA	29	17	20	27	7.660	99	95	97
ARGENTINA	30	55	37	32	7.220	96	96	96
CHILE	33	34	18	13	3.170	94	94	94
MÉXICO	48	60	33	42	3.610	90	85	88
COLÔMBIA	49	38	40	33	1.400	90	90	90
TAILÂNDIA	52	63	14	30	2.110	96	91	93
BRASIL	58	87	48	37	2.930	82	80	81
BULGÁRIA	62	40	-	-	1.140	-	-	-
PARAGUAI	85	65	-	-	1.510	93	89	91
CHINA	108	71	36	26	490	87	68	78
ÍNDIA	135	111	45	38	300	62	34	48

FONTES: UNICEF, HDP (ONU), REVISTAS VEJA E EXAME

Se levarmos em conta o comentário feito anteriormente de que essa taxa de alfabetização é falaciosa e está superestimada, face às deficiências do critério de avaliação aplicado, a situação brasileira torna-se ainda mais preocupante.

O exemplo da Coréia do Sul costuma ser citado entre os especialistas em Educação.

Quatro décadas atrás, em qualquer indicador utilizado, a Coréia, mal saída de uma guerra devastadora, que se seguira a 25 anos de ocupação japonesa, desfrutava de uma situação bem menos favorável que a do Brasil.

Com a economia em frangalhos, era um país paupérrimo, desprovido de recursos naturais e, aparentemente, sem futuro. Em 1960, sua renda per capita mal chegava a 100 dólares, No começo da década seguinte, de acordo com o Banco Mundial, ainda era desprezível: 250 dólares, nível inferior aos 420 que o Brasil tinha então. Em 1995, apenas 25 anos depois, a situação se inverteu: a renda per capita coreana chegou aos 8.220 dólares, quase 2,5 vezes a brasileira.

E o principal motivo do sucesso da Coréia foi o investimento em Educação, com ênfase no ensino fundamental.

O segredo do êxito do programa educacional coreano foi a eficiência na utilização dos recursos, ou seja, a qualidade dos investimentos. Enquanto os países da América Latina e mesmo a Índia deram prioridade à universidade, a Coréia e os demais Tigres Asiáticos privilegiaram a Educação Básica, universal, obrigatória e gratuita. Apenas 10% dos investimentos públicos coreanos em Educação vão para as universidades, que, na sua grande maioria, são patrocinadas pela indústria e outros ramos da iniciativa privada. Nos dias de hoje, o ensino universitário coreano também é um dos melhores do mundo. A Coréia do Sul

está entre os países que possuem maior quantidade de pessoas com cursos de pós-graduação a nível de Doutor.

Em 1950, apenas 13% da população da Coreia do Sul era alfabetizada. Em 1970, a taxa de alfabetização já era de 90%. Atualmente 100% das crianças estão matriculadas e concluem o curso fundamental (nove anos de estudo).

Em termos relativos, a quantidade de dinheiro empregado pelos coreanos na educação vem sendo equivalente aos dispêndios brasileiros. Em média, os dois países gastam com a Educação de sua juventude uma parcela parecida do PIB, entre 4% e 5%.

A grande diferença está no diferenciamento dos investimentos e nas prioridades estabelecidas.

Outro aspecto extremamente relevante é a alta qualidade do ensino coreano, com o apoio total da sociedade, já que a famílias encaram o aprendizado dos filhos como fator-chave para o seu sucesso profissional. O resultado desse interesse se manifesta no desempenho dos estudantes coreanos, em comparação com os do resto do mundo. Em 1992, num teste de matemática e ciências realizado nas Estados Unidos, com estudantes de escolas públicas de vários países, os coreanos ocuparam as primeiras colocações. O Brasil, representado por estudantes de São Paulo, ficou em penúltimo lugar, à frente apenas de Moçambique.

A má qualidade do ensino brasileiro repercute diretamente na formação escolar da mão-de-obra, insuficiente até em comparação com a de vizinhos da América Latina.

Em média, o nível de escolaridade dos trabalhadores brasileiros é de 3,5 anos, contra 7,5 anos dos chilenos e 8,7 anos dos argentinos.

A situação é efetivamente alarmante. Com esse nível de mão-de-obra, dificilmente o Brasil vai poder ser tornar competitivo na economia globalizada.

A inclinação cada vez maior do mercado de trabalho em direção ao setor de serviços, que demanda mão-de-obra mais qualificada, faz com que o desemprego seja crescente para o trabalhador brasileiro.

O Quadro 2 apresenta alguns indicadores ligados ao setor de Educação: Taxa de Alfabetização (homens, mulheres e total), Percentual de Crianças que chegam até o 5º Ano Fundamental e Grau de Matrícula na Escola Secundária (homens e mulheres).

Verifica-se, principalmente, nos países orientais menos desenvolvidos (China e Índia), a posição secundária em que é colocada a mulher, com nível educacional bem inferior ao do homem.

Pode ser observado também que o Brasil é o país que apresenta o pior resultado no indicador Grau de Matrícula na Escola Secundária.

O gráfico da página 11, ilustra a comparação do Brasil com algumas nações.

1.2. As Desigualdades Brasileiras

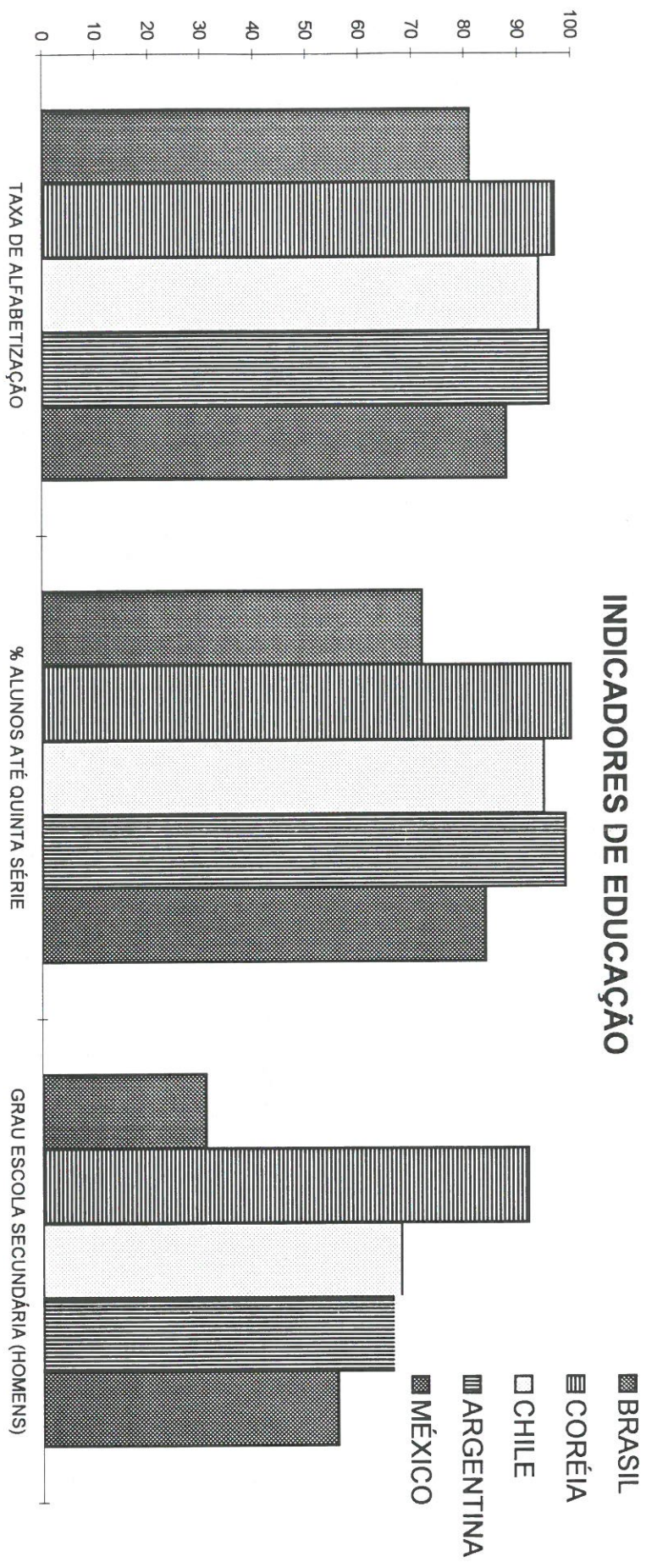
A realidade brasileira é muito mais complexa, do ponto de vista econômico-social, do que demonstram seus indicadores a nível nacional.

QUADRO 2: INDICADORES DE EDUCAÇÃO

INDICADOR PAÍS	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (1990)			% ALUNOS QUE CHEGAM A 5ª SÉRIE BÁSICA (86 / 93)	GRAU DE MATRÍCULA SECUNDÁRIA (BRUTA)	
	HOMENS	MULHERES	TOTAL		HOMENS	MULHERES
CANADÁ	100	100	100	100	107	107
EUA	100	100	100	100	94	94
JAPÃO	100	100	100	100	96	98
SUÉCIA	100	100	100	100	95	96
COREIA	99	95	97	100	92	93
ARGENTINA	96	96	96	99	67	74
CHILE	94	94	94	95	68	72
MÉXICO	90	85	88	84	56	56
COLÔMBIA	90	90	90	59	56	67
TAILÂNDIA	96	91	93	88	34	32
BRASIL	82	80	81	72	31	36
BULGÁRIA	-	-	-	88	68	72
PARAGUAI	93	89	91	74	33	34
CHINA	87	68	78	88	59	48
ÍNDIA	47	19	62	62	60	37

FONTE: UNICEF

INDICADORES DE EDUCAÇÃO



PAÍS	INDICADOR	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	% ALUNOS ATÉ 5ª SÉRIE	GRAU ESCOLA SECUNDÁRIA (HOMENS)
BRASIL		81	72	31
CORÉIA		97	100	92
CHILE		94	95	68
ARGENTINA		96	99	67
MÉXICO		88	84	56

Enquanto os estados do Sul possuem padrões de qualidade de vida compatíveis com os do Primeiro Mundo, os do Nordeste se equiparam aos países atrasados da África.

O Quadro 3 apresenta o IDH, a Renda per Capita e a Taxa de Alfabetização dos estados do Brasil.

Observa-se que a qualidade de vida dos brasileiros vai caindo à medida que se caminha do Sul para o Norte e Nordeste do país. Segundo o relatório da ONU, quase metade da população do Brasil vive numa espécie de “Chile do Atlântico”, gente concentrada na região Sul, parte do Sudeste, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. (A comparação com a Bélgica, que se fazia anteriormente, não faz mais sentido, já que esse país possui hoje o 12º IDH).

Na região da Capital Federal está a maior renda per capita do Brasil (US\$ 5.700) e o melhor índice de escolaridade (91%).

O estado do Rio Grande do Sul, no ranking de IDH das nações, ficaria numa situação confortável, no padrão de países como o Chile, Argentina e Coreia do Sul.

Essa situação privilegiada deve-se muito aos imigrantes italianos e alemães que se instalaram no estado no século passado.

O município gaúcho de Teotônia, de 20.000 habitantes, possui apenas 4% de analfabetos e uma renda per capita anual de 10.000 dólares.

Como contraponto, com valores de IDH semelhantes a países tipo Zâmbia, Quênia, Egito, etc., estão os estados do Nordeste. Se o Rio Grande do Sul poderia estar entre os 40 países socialmente mais bem desenvolvidos, a Paraíba se localizaria entre os 40 mais atrasados do mundo.

QUADRO 3: INDICADORES DOS ESTADOS BRASILEIROS

INDICADOR	IDH		RENDIA PER CAPITA (R\$)	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	ESTADO	INDICADOR	IDH		RENDIA PER CAPITA (R\$)	TAXA DE ALFABETI- ZAO
	VALOR	CLASSIFICAÇÃO					VALOR	CLASSIFICAÇÃO		
RS	0,871	1	3.200	90	RR	0,749	14	2.100	76	
DF	0,858	2	5.700	91	RO	0,715	15	2.200	80	
SP	0,850	3	5.000	90	PA	0,688	16	2.000	76	
SC	0,842	4	2.800	90	AC	0,665	17	2.000	65	
RJ	0,838	5	3.800	90	SE	0,663	18	2.200	64	
PR	0,827	6	2.900	85	BA	0,609	19	1.700	65	
MS	0,826	7	2.800	83	PE	0,577	20	1.600	66	
ES	0,816	8	2.700	82	RN	0,574	21	1.800	64	
AM	0,797	9	2.800	76	MA	0,512	22	900	59	
AP	0,781	10	2.300	81	CE	0,506	23	1.200	63	
MG	0,779	11	2.600	82	PI	0,502	24	700	58	
MT	0,769	12	2.400	80	AL	0,500	25	1.300	55	
GO	0,760	13	2.400	82	PB	0,466	26	1.000	58	

FONTES: REVISTA VEJA
IBGE 1991

Essas informações dão uma idéia das brutais diferenças entre as várias regiões brasileiras. Por via de consequência, acontece a péssima distribuição de renda, de saúde e de educação.

Os 10% mais ricos detêm uma renda 30 vezes maior que a dos 40% mais pobres, enquanto que a mesma relação, na Argentina e na Alemanha, é de 10 e 15 vezes, respectivamente.

Esse processo concentrador se acentua nos estados mais pobres. Fortaleza, por exemplo, é a capital que possui o maior percentual de carros importados e a que tem um dos maiores índices de favelização do país.

Dos 30 milhões de adultos analfabetos (número oficial) existentes no Brasil, cerca de 22 milhões (75%) estão nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo o relatório do UNICEF, a expectativa de vida de quem nasce no Rio Grande do Sul é 75 anos e na Paraíba, 54 anos (a média brasileira é 66 anos).

CAPÍTULO 2 - TRABALHO E EDUCAÇÃO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, das 6 bilhões de pessoas que constituem a população mundial, cerca de 900 milhões estão desempregadas.

No Brasil, com uma População Economicamente Ativa (PEA) de 70 milhões, 22 milhões estão desempregados e subempregados. Incluindo os autônomos do mercado informal, esse número chega a 38 milhões de brasileiros.

Esse problema se agrava, quando se leva em conta que 2 milhões de pessoas ingressam anualmente no mercado de trabalho. Quais as perspectivas de solução para essa questão? Presentemente, as piores possíveis.

Segundo o prof. José Pastore (da USP), o “emprego” tradicional está morrendo. A atividade continuada, desenvolvida por uma pessoa numa mesma empresa, em tarefa específica e por muito tempo, não mais vai existir. Com a revolução tecnológica, as pessoas trabalharão de forma intermitente, na empresa ou fora dela, e serão demandadas a serem cada vez mais polivalentes. O mundo da multifuncionalidade será a marca do próximo milênio, que não terá trabalho para mão-de-obra deseducada e não qualificada. E essa exigência já está começando a acontecer em todas as áreas do mercado de trabalho. Cada vez mais o setor de serviços está absorvendo a força de trabalho (atualmente, cerca de 53%, contra 24% na indústria e 23% no setor primário).

A tendência é que nos próximos 10 anos o segmento terciário absorva 70% da mão-de-obra.

Em todos os setores as oportunidades de trabalho só poderão ser preenchidas por pessoas educadas. O mercado exigirá profissionais polivalentes e interessados, num permanente processo de aprendizagem. O trabalhador precisa ser preparado para assimilar novas tecnologias.

A exigência educacional não é exclusiva de empregados de escritório. O processo de seleção da mão-de-obra industrial é cada vez mais rigoroso: o certificado de conclusão do 1º grau é requisito até para preencher a ficha inicial de inscrição (e algumas empresas já estão exigindo o 2º grau). Bens de produção sofisticados e caros não podem ser deixados nas mãos de operários sem instrução.

Na disputa do emprego, normalmente leva vantagem quem tem melhor formação escolar.

Tudo isso caracteriza a terceira revolução tecnológica, o mundo da telemática, onde a informação é a base de tudo.

O Brasil está despreparado para enfrentar essa nova realidade. Conforme já foi mencionado, metade da população brasileira é “analfabeta funcional”, incapaz de ler um manual de trabalho.

Setenta por cento da mão-de-obra brasileira possui menos de 4 anos de escola, contra 12 anos no Japão, 11 nos Estados Unidos e 10 anos nos Tigres Asiáticos.

Nunca se pensou na Educação como fundamento do modelo de desenvolvimento adotado no país. Na década de 50, o programa acelerado de substituição de importações, com a implantação da indústria siderúrgica e automobilística, trouxe tecnologias já prontas. Logo, dispensou a educação das massas.

No golpe militar de 1964, havia planos, projetos e metas de modernização do país, com grandes obras de infra-estrutura.

Preocupados em atender à crescente demanda que acompanhou esse processo de urbanização e industrialização, os governantes deram prioridade à expansão e à elitização do ensino e negligenciaram a qualidade.

Fizeram com que o Brasil passasse a ter uma das maiores (e também mais mal preparadas) populações universitárias do mundo, em detrimento do ensino básico e técnico-profissionalizante. E essa própria educação superior foi mal priorizada, com a área de Ciências Humanas absorvendo cerca de 66% dos alunos. As áreas de Engenharia e Ciências Agrárias, mais importantes para o desenvolvimento brasileiro, contam apenas com 9,7% e 2,7% da população universitária, respectivamente.

A inversão da prioridade educacional brasileira pode ser constatada na relação entre o número de técnicos de nível médio e de nível superior existentes no país, quando se compara com o mundo desenvolvido. Enquanto no Primeiro Mundo existem 5 técnicos para 1 “doutor”, no Brasil a relação é inversa: 2 pessoas de nível superior para 1 técnico. No Ceará, o quadro é mais dramático: 4 “doutores” para um profissional de Escola Técnica.

Isso pode ser facilmente verificado em Fortaleza, quando se observa que a maior parte dos profissionais graduados na Escola Técnica Federal toma o rumo da universidade.

O problema não é de fácil solução, porque envolve também um paradigma cultural, valores que se sedimentaram no Brasil ao longo das últimas décadas. A sociedade não valoriza e coloca em segundo plano o técnico de nível médio. Por via de

conseqüência, o jovem brasileiro não se sente inclinado a adotar a carreira, preferindo tornar-se doutor desempregado.

A degradação da qualidade da Educação no Brasil se deve a uma série de fatores, dos quais se destacam: os elevados índices de evasão e repetência (cerca de 90% da população escolar), a má formação e baixa remuneração dos professores e a ausência de ensino profissionalizante.

O desafio é gigantesco. Somente através da mobilização total da sociedade, do uso da tecnologia e da firme decisão política conseguiremos superá-lo.

CAPÍTULO 3 - EXPERIÊNCIAS DE ALGUMAS NAÇÕES

A Educação tem sido o alicerce de desenvolvimento das nações modernas desde os primeiros movimentos antifeudais do século XVI.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em 1640 e que influenciou na formação do futuro Império Britânico, foi acompanhada de duas medidas: a universalização do ensino e a secularização do conhecimento científico. Os revolucionários ingleses pregaram de forma inédita, a educação para todos até os 10 anos de idade, inclusive as mulheres. Fomentaram o ensino superior para os alunos mais dotados, assim como o estudo de matemática e física. Um dos destaques dessa época foi Isaac Newton, o pai da Mecânica Clássica.

Um século e meio depois dos ingleses, as revoluções francesa e prussiana assumiram também o ensino universal como o fundamento do igualitarismo e do crescimento político e econômico dos países desenvolvidos.

No Japão, o analfabetismo acabou por ocasião da revolução educacional Meiji, iniciada em 1860. Esse movimento surgiu pela necessidade dos japoneses enfrentarem, com população menor, as guerras com a China. O fato é que o Japão começou o século XX sem analfabetos e essa foi a semente do seu atual elevado nível de desenvolvimento humano.

O Brasil, por sua origem colonial portuguesa, não sofreu a influência das revoluções liberais do século XVIII. A Administração da Colônia não necessitava de burocracia

competente e o modelo econômico praticado, extrativo e escravocrata, não exigia mão-de-obra qualificada.

A proclamação da República não mudou a situação da Educação brasileira, que até hoje não foi considerada prioridade na ação governamental.

Outros países também enfrentaram circunstâncias históricas desfavoráveis, semelhantes às brasileiras, mas conseguiram desenvolver programas educacionais que têm alavancado o progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida das suas populações. As experiências de algumas dessas nações, que têm como protótipo a Coreia do Sul, serão comentadas a seguir.

3.1. A Revolução Educacional Coreana

Já foi comentada no capítulo 1 a vertiginosa mudança acontecida no perfil educacional da Coreia do Sul nos últimos 25 anos. Os indicadores coreanos eram inferiores aos brasileiros em 1960 e hoje equiparam-se aos dos países desenvolvidos.

Embora a educação elementar seja obrigatória na Coreia desde 1953, somente a partir do golpe militar de 1961 aconteceu o “boom” que levou o país à excepcional condição dos dias de hoje.

É importante ressaltar que, apesar do governo autocrático, houve o engajamento de toda a sociedade e da iniciativa privada coreana na missão de recuperar o déficit educacional.

Como não existiam recursos governamentais suficientes, e os disponíveis eram (e ainda são) aplicados preferencialmente no ensino básico, o setor privado assumiu a responsabilidade da complementação. A título de exemplo, em 1990 206 das 256

universidades coreana pertenciam a empresas como Hyundai, Deawoo e Korean Air.

Conforme mostra o Quadro 2, mais de 90% dos jovens coreanos completam a escola secundária. Cerca de um terço prossegue seus estudos na universidade.

O modelo coreano, voltado para o ensino básico e para a meritocracia, dá condições iguais à população e permite, quando é o caso, maior participação de estudantes de origem humilde na universidade pública.

3.2. Chile: O Programa das 900 Escolas

O programa P-900, como é conhecido no país, é um programa governamental que vem sendo realizado desde 1990, com apoio financeiro dos governos sueco e dinamarquês e do Banco Mundial. Esse programa foi criado com objetivo específico: melhorar as condições de ensino e aprendizagem dos setores mais pobres, que são mais afetados pela má qualidade do sistema educacional.

Foi proposto, como meta inicial, elevar o rendimento escolar em 969 escolas públicas, aquelas com aproveitamento mais baixo, situadas em áreas rurais pobres (cerca de 12% das escolas básicas gratuitas do país).

Em 1995, o P-900 já atendia cerca de 1.400 escolas, correspondendo a 20% do ensino público básico chileno.

Especificamente, o programa se propõe a melhorar a aprendizagem das crianças do primeiro ao quarto ano em três áreas básicas: leitura, escrita e matemática.

A sua execução está sendo realizada de forma integrada, cobrindo cinco linhas de ação: infra-estrutura, aperfeiçoamento docente, textos escolares, bibliotecas e reforço escolar complementar (está a cargo de voluntários de cada comunidade, previamente capacitados).

O Programa das 900 Escolas está trazendo uma grande contribuição à melhoria da Educação do povo chileno, principalmente nas camadas sociais mais carentes e tem ajudado a consolidar e humanizar o desenvolvimento daquele país.

3.3. Colômbia: Programa Escola Nova

O Programa Escola Nova (EN) é um programa governamental, iniciado na Colômbia em 1975, como estratégia para melhorar a qualidade e universalizar o ensino primário no setor rural do país.

Em 1977, o programa foi expandido de forma acelerada e hoje atende a cerca de 20.000 escolas e 1 milhão de crianças.

O programa EN possui as seguintes características:

- a) **Proposta Integral** - não é apenas uma metodologia, mas um sistema integrado que combina os aspectos de capacitação, curricular, administrativo e comunitário.
- b) **Fundamentação Histórica** - começou (de fato) nos anos 60, com um projeto-piloto, que foi seguidamente aperfeiçoado até ser adotado como política educativa nacional.

- c) **Proposta Ativa** - aplica a metodologia de multigrado, ou seja, utiliza técnicas de trabalho em grupo, aprender fazendo, materiais auto-instrucionais, professores-facilitadores, alunos-auxiliares e ritmo individual de estudo.
- d) **Capacitação Docente Descentralizada** - os professores são capacitados e reciclados em centros de treinamento denominados “Microcentros Rurais”, onde vivem e simulam situações similares às que enfrentarão nas salas de aula. Além disso, reúnem-se frequentemente para a troca de experiências pedagógicas.
- e) **Participação dos Alunos** - As crianças elegem entre elas a cada dois meses um “governo escolar”, que assume diferentes responsabilidades na administração e organização da escola. Os alunos são também incentivados a criar e desenvolver materiais didáticos e outros recursos de aprendizagem.
- f) **Avaliação Pragmática** - a avaliação é parte do processo de aprendizagem e apenas indica as deficiências dos alunos (o que falta reforçar). Cada criança continua aprendendo até que saiba, até que obtenha pelo menos um conceito “satisfatório”, não existindo a idéia de reprovação (ninguém recebe notas ruins).
- g) **Flexibilidade Total** - o calendário escolar se ajusta ao calendário agrícola e às necessidades das crianças e de suas famílias, e não o contrário. Os alunos avançam em seu próprio ritmo, não há atrasados nem repetentes. Se alguém falta ou se ausenta temporariamente, pode retornar ao estudo sem ter de retirar-se da escola.

- h) **Vinculação Escola-Comunidade** - escola, pais e comunidade formam uma unidade e estabelecem uma relação de mútua colaboração e benefício. Não apenas os pais cooperam com a escola, mas esta também promove atividades em favor da Comunidade.

O programa EN conta com o respaldo técnico e apoio financeiro de diferentes organismos internacionais, como UNESCO, UNICEF, AID e Banco Mundial.

O UNICEF e o Banco Mundial promovem o programa a nível mundial e o consideram uma das melhores e mais bem sucedidas experiências de Educação Básica do Mundo.

3.4. México: Programa para a Modernização Educativa

Em 1989, no início de governo do presidente Salinas de Gortari, o México iniciou um programa que tinha o objetivo de “transformar o sistema educativo, sem o qual o país não poderá modernizar-se, nem alcançar a equidade”.

O Programa para a Modernização Educativa (PME) propôs desenvolver uma nova metodologia de ensino, com mudanças profundas no modelo educacional mexicano, desde a revisão dos currículos e da administração escolar até a criação de mecanismos de participação social.

O primeiro passo foi a realização de uma pesquisa denominada Consulta Nacional para a Modernização da Educação, que cobriu todo o país em três meses, onde foram obtidas propostas e sugestões de professores, alunos, pais, especialistas, etc.

Tomando como referência a tese acordada no Congresso Mundial de Jomtien (Tailândia), Educação para Todos, o programa foi elaborado dando ênfase à Educação Básica.

Em 1990, iniciou-se a instrumentalização do PME nos níveis pré-escolar e primário, que culminou com a distribuição massificada (500 mil exemplares) de um documento de orientação docente para o seu uso no país.

A idéia era preparar o sistema educativo mexicano para a implantação nacional do PME no ano escolar de 1992-93.

O PME começou, então, a ser criticado pelos curtos prazos previstos para a sua execução, pensados mais em termos político-partidários do que propriamente como solução para a questão educacional do país. Outros passaram a fazer críticas de que o sistema era complicado, com excesso de consultas, estudos e participação.

Finalmente, o PME foi suspenso pelo governo mexicano e substituído por um outro programa, com novas equipes e propostas diferentes.

Com isso, foi cancelado e frustrado um processo de renovação educacional que vários países da América Latina já imaginavam utilizar como modelo.

O fracasso do programa mexicano serve de alerta e orienta para que iniciativas desse tipo sejam estudadas com maior profundidade e contem necessariamente com o apoio e o envolvimento de toda a sociedade.

3.5. Cuba: O Socialismo Americano

A experiência cubana não pode deixar de ser citada, em função da posição privilegiada em que o país se situa, do ponto de vista de desenvolvimento social.

Embora tenha caído substancialmente o padrão econômico de sua população, com o fim dos subsídios da ex-União Soviética, e isso tenha provocado uma descida no ranking mundial de IDH (que considera a renda per capita), Cuba ainda possui indicadores sociais que a colocam no bloco dos países mais desenvolvidos do mundo.

Na classificação do UNICEF, que tem como variável mais importante a Mortalidade Infantil Abaixo de 5 anos, Cuba está no mesmo nível dos Estados Unidos (10 mortes por cada 1000 crianças, dado de 1994).

No que se refere aos indicadores de Educação, a situação do país também é extremamente privilegiada, conforme mostra a tabela abaixo (dados do UNICEF):

	EUA	CUBA	BRASIL
Índice de Alfabetização (Adultos - 1994)	100	94	81
Taxa de Matrícula na Escola Secundária (86/93)	94	79	31
% Alunos até a 5ª Série Básica (86-93)	99	95	72

Antes de 1959, a sociedade cubana enfrentava o mesmo caos social típico dos países subdesenvolvidos e apresentava um perfil educacional semelhante ao do Brasil. Tudo começou a mudar com a revolução socialista, que engajou toda a população num trabalho sobre-humano de recuperação do país.

Com a lei da Nacionalização do Ensino (1961), foi iniciado um amplo programa de construção de escolas e de combate ao analfabetismo.

Nos anos seguintes, dezenas de milhares de jovens cubanos, chamados “os brigadistas”, saíram pelo país, ensinando a população a ler e escrever.

Já há bastante tempo, Cuba possui uma segunda bandeira, triangular, vermelha, com uma faixa no centro: “Cuba: Território Livre de Analfabetismo”.

Foi criada uma sistemática de ensino, na época denominada Plano Bittencourt, que consistia na formação de pessoas que se comprometiam, após a graduação, a ensinar às demais de sua região. E isso evoluiu de uma forma tal, que em 1979, já existiam duas mil escolas do gênero.

Surgiram os Círculos Infantis (creches onde as crianças ficam a partir do quadragésimo quinto dia), e centros de capacitação em educação infantil, a fim de preparar pessoas para manter os círculos e fazê-los desenvolver.

A cada problema, surgia uma tentativa de solução, com a participação e o comprometimento de toda a população.

Foram criados os semi-internatos (as crianças ficam a semana inteira), escolas de ofícios, “Las Escuelas de Superación para La

Mujer”, e outras iniciativas que, somadas, fizeram o país superar, em menos de 20 anos, a sua condição de subdesenvolvimento social.

Outros países, como a Tailândia e a Malásia, também passaram por experiências educacionais extremamente gratificantes, que ajudaram a alavancar a qualidade de vida das suas populações.

E, o mais importante, que precisa ser sempre enfatizado, experiências vividas nos últimos 20/30 anos.

Isso prova apenas que o problema da Educação brasileira tem solução a curto prazo. Se todos os países citados obtiveram êxito nos seus relativamente rápidos programas estruturais de recuperação educacional, partindo de situações negativas semelhantes, por que o mesmo não pode acontecer no Brasil?

CAPÍTULO 4 - ALTERNATIVAS BRASILEIRAS

O Brasil e o Ceará, em particular, estão vivendo um momento bastante promissor, do ponto de vista de orientação governamental, no campo da Educação.

Constata-se, não só nos discursos, mas nas ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, uma real consciência da efetiva origem e das soluções dos problemas educacionais brasileiros.

A simples verificação da prioridade dada ao ensino básico, a partir da criação de uma secretaria específica para isso no Ceará, já é uma prova palpável de que a rota adequada está sendo trilhada.

A nível de Brasil, destaca-se a mudança na legislação, com a Emenda Constitucional nº 233, que regulamenta a obrigatoriedade constitucional da aplicação de 25% dos orçamentos dos estados e municípios em Educação.

Segundo a nova lei, pelo menos 15% do total arrecadado deverá ser investido no ensino básico. Dessa parcela, 60%, ou 9% da arrecadação total, será dedicada aos salários do corpo docente. Com isso, dois objetivos deverão ser alcançados: a garantia de um salário mínimo de 300 reais para os professores, por 20 horas semanais de aula, e um investimento médio de outros 300 reais, por aluno, no ciclo fundamental.

A EC 233 cria também o Fundo de Desenvolvimento da Educação, encarregado de administrar os recursos. A redistribuição será feita em cada município, de acordo com o número de alunos matriculados.

A intenção do governo federal é municipalizar a responsabilidade pela Educação Básica. Para ter acesso às verbas, as prefeituras terão que, obrigatoriamente, investir em escolas do primeiro grau. Os municípios mais pobres, que não tiverem condição de investir os 300 reais por aluno, serão socorridos pelo MEC.

Pretende também o governo que, em cinco anos, não existam mais professores sem, pelo menos, o 2º grau completo, nas escolas públicas brasileiras.

Outra iniciativa interessante é o projeto “TV Escola”. O MEC está aparelhando 40.000 escolas de todo o país com um composto de aparelho de TV, vídeo-cassete, fitas e antenas parabólicas. O objetivo é utilizar a televisão à distância para atualizar e capacitar professores de 1º grau, além de permitir aulas de reforço aos alunos, em disciplinas como matemática, português e ciências.

Esse projeto está sendo implantado de forma descentralizada, com cada escola sendo encarregada de adquirir os equipamentos e materiais a serem utilizados.

É bastante preocupante, no entanto, a afirmação do Prof. Napolini, secretário de Educação do Ceará, de que, no ritmo atual, apenas no ano 2015 o Ceará poderá atingir os indicadores educacionais que o Sul do país teve em 1991.

Isso reflete bem a profunda desigualdade econômica e social do Brasil, que tem que ser combatida a qualquer custo.

Daí a necessidade de serem tomadas outras medidas, no sentido de provocar maiores e mais rápidas mudanças na perversa situação educacional brasileira.

Existem várias iniciativas bem sucedidas, em termos de ensino público, em diversas regiões do Brasil, das quais algumas serão sucintamente comentadas a seguir.

4.1. Prêmio UNICEF para o Ceará

O trabalho desenvolvido pelo governo do Ceará, no campo da Educação, obteve em SET/96 o reconhecimento do UNICEF, que outorgou ao estado o prêmio Criança e Paz/Educação.

O programa educacional cearense, denominado “Todos pela Educação, Educação de Qualidade e Educação para Todos” consiste em uma série de medidas, das quais se destacam a instituição de eleições diretas para os diretores das escolas, a municipalização do ensino e da merenda escolar e a criação dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES), com seleção pública dos seus dirigentes.

Outro aspecto importante é a realização do Censo Educacional Comunitário, com o propósito de fazer o diagnóstico detalhado do perfil educacional do estado, a nível de município, identificando crianças e adolescentes analfabetos, fora da escola e com defasagem idade/série.

Além disso, estão sendo desenvolvidos mecanismos que permitem otimizar e acompanhar de perto a administração e os resultados obtidos no programa, como o Sistema Integrado de Informações Gerenciais (SIIG) e o Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP). A diretriz maior é a busca da participação da comunidade na revitalização da escola pública cearense. Especificamente, estão sendo desenvolvidas ações de cooperação e parceria com as universidades, com o

Sistema de Justiça e com o setor empresarial e outros segmentos da sociedade organizada, onde se destaca a criação do Fórum de Educação.

Nos últimos anos foram obtidos alguns resultados que merecem ser comemorados. De 1987 a 1995 o número de matriculados no ensino básico cresceu 44,2%, percentual bem superior ao crescimento populacional, que foi de 14,5%.

A taxa de repetência caiu de 18,3% para 14,1%, no mesmo período.

É preocupante, no entanto, constatar a manutenção da elevada taxa de evasão escolar (em torno de 14%) e de crianças e adolescentes fora da escola (em dezembro de 1995, um quarto da população cearense entre 6 e 17 anos).

Esses problemas se acentuam na área rural, onde o índice de analfabetos é duas vezes maior que na área urbana. É interessante observar também que, no Ceará, as mulheres são bem mais escolarizadas que os homens (a taxa de analfabetismo masculino é o dobro da feminina).

4.2. O Pacto Mineiro

Em 1991, o governo de Minas Gerais idealizou o “Pacto pela Educação”, firmado por lideranças políticas e empresariais do Estado. Uma das ferramentas foi um programa de Qualidade Total, que passou a ser gradativamente aplicado nas escolas estaduais. Esse programa envolve medidas do tipo autonomia administrativa e orçamentária das escolas e eleição diretas dos seus diretores pelos professores. Como resultado inicial, o percentual de alunos que concluem o 1º grau passou de 38%, em 1990, para 49%, em 1995.

Esse resultado ainda é tímido, mas se espera uma melhoria substancial quando houver a participação total de toda a rede escolar.

4.3. São Paulo: Ênfase na Descentralização

Como maior e mais importante estado brasileiro, com mais de 7.000 escolas públicas e 6 milhões de alunos, São Paulo movimentava um orçamento de 3,5 bilhões de reais na área de Educação. Diagnosticou-se que a enorme máquina educacional paulista era deficiente, em decorrência do excesso de centralização.

Foram tomadas várias medidas para dar maior autonomia às escolas, das quais se destacam: a eliminação das divisões regionais de ensino, a seleção de diretores de escola por um órgão independente, a transferência da gestão dos recursos para os diretores e a reorganização do ensino básico, com a separação dos cursos primário e ginásial.

Foram criadas “escolas-padrão”, que funcionam em três períodos e têm maior carga horária.

Atualmente, mais de 70% dos alunos enfrentam uma jornada escolar de 5 horas diárias, contra 3,5 horas praticadas anteriormente.

Em 1995, já havia mais de 3.000 escolas desse tipo em todo o estado de São Paulo.

Outro dado importante é que, na capital paulista, 80% dos professores do ensino básico possui diploma universitário

4.4. A Bolsa-Escola de Brasília

O governo do Distrito Federal criou uma das mais interessantes e inovadoras ferramentas educacionais, a Bolsa-Escola, que consiste no pagamento de um salário mínimo às famílias com renda per capita de até 50 reais, que enviarem seus filhos à escola básica. Em julho de 1996, o esquema já beneficiava 28.000 crianças de 14.700 famílias e, como primeiro resultado, reduziu drasticamente os índices de evasão escolar nas escolas públicas brasilienses: 10% para 1%!

Brasília tem se destacado também pela qualidade do seu sistema educacional. Recentemente, numa avaliação de português e matemática realizada nos 27 estados brasileiros, com 125.000 alunos, conquistou o primeiro lugar.

4.5. Porto Alegre: A Comunidade Decide

A prefeitura de Porto Alegre, lançou, em 1989, um revolucionário programa educacional, voltado basicamente para a máxima participação das comunidades nas atividades do ensino público.

O programa prevê eleições diretas para diretores das escolas, a instituição de Conselhos Escolares, a definição descentralizada dos projetos e linhas pedagógicas, e a autonomia administrativa e financeira das unidades escolares.

Como resultado, o número de alunos do nível básico saltou de 17.862 em 1988, para 37.026 em 1994 (76% no 1º grau). Em 1992, o índice de aprovação na 1ª série foi de 90% e a evasão escolar caiu para menos de 2%.

A continuidade administrativa municipal em Porto Alegre, com prefeitos do PT, vem realizando positivamente essa filosofia de trabalho, que contribuiu sobremaneira para colocar o Rio Grande do Sul como o estado brasileiro de melhor índice de desenvolvimento humano.

4.6. Paraná: A Universidade do Professor

A Secretária de Educação do Paraná implantou no município de Pinhão, a 300 quilômetro de Curitiba, um centro de formação e reciclagem de professores de escolas públicas, denominado Universidade do Professor. Essa escola, além de utilizar a metodologia convencional de capacitação pedagógica dos professores, desenvolve uma sistemática de treinamento voltada para a motivação e a conscientização político-institucional, e o aperfeiçoamento artístico e cultural do corpo docente.

O currículo consta de palestras sobre a história da arte, concertos musicais e sessões de ginástica aeróbica, dentre outras atividades.

O objetivo do governo paranaense é fazer passar pela Universidade do Professor, até 1997, todos os 65.000 professores do ciclo básico.

Existe uma série de experiências bem sucedidas em outras regiões do Brasil, como nos municípios de Rezende-RJ (35% do orçamento municipal para a Educação), Icapuí-CE (participação intensiva da comunidade), Teotônia-RS (praticamente sem analfabetos), etc., que também podem ser disseminadas, dependendo das circunstâncias e das peculiaridades de cada local, no restante do país.

CONCLUSÃO

O modelo político neo-liberal, em adoção no Brasil, e a globalização da economia mundial, fazem com que o resgate acelerado do déficit educacional brasileiro seja uma questão de sobrevivência para o país.

Não dá para esperar. O “gap” de qualidade de vida entre o Primeiro Mundo e os países subdesenvolvidos tende a crescer geometricamente.

A Educação e, por via de consequência, a ciência e a tecnologia, são condições essenciais para se conseguir competitividade, e acaba também sendo um pressuposto para que se possa alcançar equidade e democracia.

O conceito de “excluído” passa a ser agora aplicado a nível de país. Povo deseducado jamais vai ser povo desenvolvido.

A situação de desnível sócio-econômico existente no Brasil é impiedosa e desesperadora. E não vai mudar, na medida necessária, se não forem tomadas urgentes providências governamentais.

Os exemplos da Coréia e de outros países, apresentados no capítulo 3, refletem a exequibilidade, a real possibilidade de mudança, num período curto, do perfil educacional de uma nação. A conjuntura atual, caracterizada pela revolução telemática, permite o uso de uma série de mecanismos que encurtarão ainda mais os prazos e facilitarão a execução dos programas educacionais a serem desenvolvidos.

A microinformática, com a INTERNET e softwares tutoriais de auto-aprendizagem, dentre outras facilidades, e a TV via satélite, com a tele-educação, são tecnologias que estão disponíveis para pronta utilização.

Já foi citada a adequada orientação dos programa em desenvolvimento no MEC e na Secretaria de Educação do Ceará, cujas políticas e diretrizes priorizam a Educação Básica.

A filosofia de profissionalização do corpo docente, aplicação compulsória de recursos fiscais e desburocratização e municipalização das atividades ligadas ao ensino fundamental público, são iniciativas coerentes e compatíveis com os modelos de sucesso praticados em outros países.

Os projetos correspondentes, como a EC 233, a nível nacional, e o “Infovias para o Desenvolvimento” (Teleducação), no Ceará, estão bem concebidos e só merecem aplausos.

Mas as iniciativas oriundas da ação direta dos órgãos governamentais não são, nem serão suficientes, para que se consiga, no curto tempo desejado, atingir o objetivo de situar o Brasil e o Ceará nos padrões educacionais do Mundo em Desenvolvimento. Os prazos estimados para a obtenção dos resultados são muito tímidos e inadequados para o atendimento das exigências competitivas da atual conjuntura mundial.

Não se pode falar mais em 20, 15 ou mesmo 10 anos, como “timing” de realização desse resgate educacional.

As metas dos projetos de Educação têm de prever a erradicação do analfabetismo da população adulta (PEA) e a presença total das crianças e adolescentes na escola básica até o ano 2000 (essa tinha sido a meta mundial do UNICEF).

Sabe-se, no entanto, que o governo não possui recursos financeiros, humanos e materiais para isso.

É imprescindível, então, a participação dos diferentes segmentos da sociedade organizada, que certamente não será espontânea. Precisa ser catalisada, incentivada, fomentada pelos organismos governamentais responsáveis.

Quantos empresários de fato patrocinam escolas ou outras atividades ligadas à Educação? Onde está a contrapartida dos incentivos e outros benefícios concedidos à classe empresarial ?

No Ceará, são muitas as entidades que podem fazer parte desse esforço coletivo: CIC, FIEC, CDL, OAB, CREA, Associações Médicas, Igreja Católica, Igrejas Protestantes, Clubes de Serviço, Grupos Carismáticos, ONG's, etc.

O Pacto de Cooperação pode ser um dos fóruns de discussão e implementação desse mecanismo de participação, com a condição de não se limitar a discursos e manifestações de intenção.

Se cada uma das milhares empresas de médio e grande porte existentes no Ceará se compromettesse a patrocinar uma escola (ou uma sala de aula), a problemática educacional do Estado estaria resolvida em dois tempos.

Há uma enorme elenco de outras providências associadas, que precisam ser tomadas para o atingimento dos objetivos propostos. O melhor caminho é verificar e analisar o que vem sendo feito, em termos de iniciativas bem sucedidas, no Brasil (capítulos 4) e no mundo (capítulo 3), e tentar adequá-los à

realidade regional. O “benchmarking” é uma das mais eficazes sistemáticas de administração.

Projetos do tipo “bolsa-escola”, por exemplo, não podem ser esquecidos, pois têm a ver diretamente com a atenuação da situação de miséria das famílias dos alunos carentes, como condição para a sua presença na escola.

Decisão política e participação são as palavras-chaves do processo de resgate da Educação Brasileira.

Só há um caminho: ou o governo e a sociedade se mobilizam em prol da Educação ou a maioria da população estará condenada perpetuamente à exclusão social.

Parafraseando a revista inglesa *The Economist*, num artigo publicado recentemente sobre o Brasil: em última instância, o que vai determinar a imagem com que os governos Fernando Henrique Cardoso e Tasso Jereissati passarão à História será o balanço do que for feito em Educação.

BIBLIOGRAFIA

1. Brandão, Ignácio de Loyola. *“Cuba de Fidel - Viagem à Ilha Proibida”*. Livraria Cultura Editora, 1978.
2. Vogel, Ezra F. *“O Japão como Primeira Potência”*. Editora Universidade de Brasília, 1979.
3. Naisbitt, John e Aburdene, Patrícia. *“Megatrends 2000”*. Amaná-Key Editora, 1990.
4. Toffler, Alvin. *“A Terceira Onda”*. Editora Record, 1980.
5. Ribeiro, Sérgio Costa *“Construir o Saber” - Crônica do livro “Veja 25 Anos - Reflexões para o Futuro”*. Editora Abril.
6. Coraggio, José Luís. *“Desenvolvimento Humano e Educação”*. Editora Cortez - Instituto Paulo Freire, 1996.
7. Almanaque Abril 1995. Editora Abril.
8. Caldwell, Malcom. *“A Riqueza de Algumas Nações”*. Zahar Editora, 1979.
9. Huberman, Leo. *“História da Riqueza do Homem”*. Zahar Editora, 1980.
10. Pastore, José. *“O Futuro do Trabalho no Brasil e no Mundo”*. Em aberto, Brasília, Ano 15, nº 65, JAN/MAR-1995.

11. *“Education in Korea”*. INTERNET
<http://korea.emb.washington.dc.us/korea/school.htm>
12. Ordoñez, Victor. *“More of the Same will not Be Enough”*. INTERNET
<http://www.unicef.org/pon95/educ0002.html>
13. ONU, *“Human Development Report 1996”*. INTERNET
<http://www.undp.org/undp/news/hdr96ind.htm>
14. UNICEF, *“Table 1: Basic Indicators”*. INTERNET
<http://www.unicef.org/sowc96/swc96tlx.htm>
15. UNICEF, *“Table 4: Education”*. INTERNET
<http://www.unicef.org/sowc96/swc96t4x.htm>
16. UNICEF, *“Table 6: The Rate of Progress”*. INTERNET
<http://www.unicef.org/sowc/swc96t9x.htm>
17. ONU, *“The Calculation of the Human Development Index”*. INTERNET
<http://sun.nlib. ee/undp/nhdr/Box21.html>
18. ONU, *“Human Development Index 1996”*. INTERNET
<http://www.undp.org/undp/news/hdr96ind.htm>
19. *“Best Ways of Measuring Quality of Life”*. INTERNET
<http://newciv.org/GIB/BOV/BV-364.HTML>
20. *“The International Index of Social Progress”*. INTERNET
<http://newciv.org/GIB/BOV/BV-377.HTML>
21. Naspolini, Antenor. *“Educação Básica no Ceará: Constatações e Perspectivas”*. Trabalho, ABR/1996.

22. Barroso, Ester e Trompieri Filho, Nicolino. *“Mapeando e Analisando a Educação no Estado do Ceará”*. Fórum de Educação do Ceará. *Análise Estatística*, AGO/1996.
23. Netz, Clayton. *“Investimento sem Risco”*. Reportagem Revista Exame, 17/JUN/1996.
24. *“A Vida Como Ela é”*. Reportagem Revista Exame, 08/MAI/1996.
25. *“Entrevista com Walfrido G. Neto, Vice-Governador de Minas Gerais”*. Revista Veja, 07/AGO/96.
26. Alcântara, Eurípedes. *“Como uma Ostra”*. Reportagem Revista Veja, 12/JUN/96.
27. Camargo, Gustavo. *“Subimos Apenas um Degrau”*. Coluna Monitor, Revista Exame, 05/JUN/1996.
28. Caminoto, João Fábio. *“A Vitória da Média”*. Reportagem Revista Veja, 26/JUN/96.
29. Evelin, Guilherme. *“Belbulindia é Aqui”*. Reportagem Revista Isto É, 26/JUN/96.
30. *“Governo Democratiza Gestão do Ensino no Ceará”*. Reportagem Jornal O Povo, 26/OUT/96.
31. Comparato, Fábio. *“A Tomada de Decisão Política: Responsabilidade Ética”*. Palestra proferida na Escola de Formação de Governantes, em 10.OUT/96.

32. Holanda Ariosto. *“Política e Educação Superior, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará”*. *Idem*, em 17.OUT/96.
33. Napolini, Antenor. *“Educação: Brasil e Ceará. Idem*, em 17.SET.96